

**50 Medidas para um debate intergeracional  
de fundo na sociedade portuguesa pós COVID-19**

27 de Maio de 2020



# Índice

<b>Sobre os Autores</b>	<b>2</b>
Global Shapers Lisbon Hub	2
100 Oportunidades	3
<b>Enquadramento</b>	<b>4</b>
<b>1. Economia &amp; Transição Digital</b>	<b>6</b>
<b>2. Finanças</b>	<b>8</b>
<b>3. Saúde</b>	<b>10</b>
<b>4. Indústria &amp; Comércio</b>	<b>13</b>
<b>5. Sustentabilidade &amp; Ação Climática</b>	<b>15</b>
<b>6. Ciência &amp; Investigação</b>	<b>18</b>
<b>7. Educação</b>	<b>20</b>
<b>8. Desporto</b>	<b>23</b>
<b>9. Cultura</b>	<b>26</b>
<b>10. Igualdade &amp; Inclusão</b>	<b>28</b>
<b>11. Direito &amp; Justiça</b>	<b>30</b>
<b>12. Trabalho &amp; Solidariedade Social</b>	<b>33</b>
<b>13. Habitação, Infra-Estruturas &amp; Arquitectura</b>	<b>35</b>
<b>14. Comunicação &amp; Media</b>	<b>37</b>
<b>15. Quadro Síntese das 50 Medidas</b>	<b>39</b>
<b>Lista de Autores</b>	<b>42</b>

# Sobre os Autores

## Global Shapers Lisbon Hub

Os Global Shapers Lisbon Hub pertencem à Global Shapers Community, uma comunidade global criada em 2011 no seio do World Economic Forum (WEF).

O Global Shapers Lisbon Hub foi fundado em 2014, tendo como principal missão dar voz a projectos e iniciativas desenvolvidas por jovens líderes em Portugal, através de 4 pilares fundamentais:

1. **Conhecimento:** Promover a criação e transmissão de conhecimento orientado para a resolução de problemas, partilhando-o com decisores políticos, económicos, sociais e culturais.
2. **Comunicação e Mobilização:** Desenvolvimento de campanhas e projetos que promovam uma maior representação e voz das gerações mais jovens.
3. **Educação e Capacitação:** Promover e apoiar programas de educação e capacitação para jovens, crianças e adolescentes.
4. **Impacto na Comunidade:** Desenho e suporte de iniciativas com impacto na comunidade.

O hub de Lisboa é constituído por um conjunto de jovens que se dedicam ao desenho de soluções para atacar problemas no seio da sua comunidade.

Os membros têm experiências diferenciadas, desde o empreendedorismo à tecnologia, do direito às finanças, das artes à sustentabilidade, da ciência à saúde, ou do desporto à indústria, permitindo o desenvolvimento de projectos de impacto em diversas áreas.

As principais áreas de foco dos projetos dos Global Shapers Lisbon Hub são a educação, a sustentabilidade, a cultura, e o envolvimento cívico dos jovens.

Lista completa dos projetos em: <https://www.globalshapers.org/hubs/lisbon-hub>.

Mais informação nas redes sociais em: [Linkedin](#), [Instagram](#), [Facebook](#).

## 100 Oportunidades

É um projecto lançado em Janeiro de 2020 pelos Global Shapers, procurando promover a voz de jovens com provas dadas em várias áreas do saber, dando-lhes a oportunidade de disseminar e transmitir o seu conhecimento ao público em geral.

O 100 Oportunidades funciona como um desafio aos meios de comunicação social e demais organizadores de debates públicos, através da publicação, com carácter bianual, de uma lista onde constam 100 jovens com menos de 35 anos, de 20 áreas do conhecimento distintas, que estão disponíveis e capazes de contribuir para a grande maioria das questões que são diariamente sujeitas a debate público. Desenvolvida em conjunto com Curadores e Embaixadores convidados, de várias gerações e áreas da sociedade, o projeto 100 Oportunidades tem 3 objetivos:

- 1) Evidenciar que a sociedade portuguesa tem uma multiplicidade de áreas, e que é importante dar-lhes destaque no espaço de debate público, normalmente dominado pela atualidade política e futebolística.
- 2) Promover a renovação de vozes no debate público em Portugal, que decorre sobretudo em meios de comunicação social, como a televisão, a rádio e os jornais, com os intervenientes de sempre.
- 3) Exigir debates intergeracionais sobre temas de fundo e perspetivas de presente e futuro em vários temas.

Pretendemos criar e promover conteúdos que promovam as histórias, a experiência e as áreas de conhecimento dos jovens identificados, e ao mesmo tempo, colaborar com os órgãos de comunicação social no desenvolvimento de iniciativas e na organização de debates que convoquem de forma séria a participação de novas vozes.

As gerações sucedem-se e este projeto pretende acompanhar essa sucessão, promovendo de forma contínua essa renovação, ao renovar os 100 nomes de dois em dois anos.

Se este projeto for bem-sucedido no seu propósito, acarinhado e abraçado pelos "donos do microfone", teremos contribuído para um debate público mais diverso, saudável e representativo: um objetivo que é de todos, e pelo qual vale a pena lutar.

Lista completa 100 Oportunidades em: <https://www.100oportunidades.pt/>.

Mais informação nas redes sociais em: [LinkedIn](#), [Instagram](#), [Facebook](#).

## Enquadramento

Pertencemos a uma geração que chegou à vida ativa durante a crise das dívidas soberanas e que se encontra agora, nem 10 anos volvidos, na soleira de uma nova crise económica. Os números indicavam, já antes da pandemia, que apesar de sermos uma geração mais qualificada que a dos nossos pais, viveríamos em piores condições económicas. A perspectiva era assustadora. E não melhorou.

Fazemos parte de uma geração de emigrantes, de precários, de rendimentos estagnados, de pouco crescimento, que não tem dinheiro para viver sozinha e criar família, que tem dúvidas se vai ter reforma, que participa menos na política dos partidos.

Desenhámos este pequeno cenário para ilustrar o seguinte: decisões estruturais tomadas hoje sem uma participação activa desta geração, sem tomar em consideração o seu contexto, os seus desafios e as suas sensibilidades, estão condenadas ao fracasso. Se há tempo para uma grande jornada intergeracional de resolução de problemas, esse tempo é hoje.

E esta é a principal razão para termos decidido organizar um grupo de jovens, com idades entre os 20 e os 35 anos, para pensarem o futuro pós-pandemia nas suas áreas de conhecimento e atuação. Fruto desse exercício, apresentamos aqui um conjunto de medidas para diversos setores, elaboradas por jovens que neles trabalham, deles dependem e para os quais contribuem diariamente. É este, por isso, um documento no qual depositamos as nossas maiores preocupações.

Não vimos só da esquerda nem só da direita. Englobamos visões e preocupações distintas, mas transversais. Pretendemos enquadrar os temas nos seus vários prismas, tendo em conta o contexto actual, e olhando para o futuro, tendo em vista uma sociedade portuguesa mais forte e capaz, nas mais diversas áreas. Preocupam-nos coisas diversas, e temos prioridades diferentes, consoante aquilo a que dedicamos a nossa vida. Estamos disponíveis para dar voz a essas preocupações, a essas prioridades. E que não se diga nunca que não foi porque não tentámos.

Este documento marca uma primeira interação, um ponto de partida, a partir do qual gostaríamos de construir, em diálogo e em debate com quem nos governa as soluções para os problemas que nos assolam.

O debate sobre o mundo que vamos ter após esta pandemia vai marcar a agenda dos próximos meses, quando finalmente ultrapassarmos a sensação de urgência de saúde pública e nos centrarmos no país que restou e nos próximos passos a tomar.

Esse debate não pode ser feito sem a nossa geração, o que será o caso se ocorrer apenas entre governo, parlamentares, chefias e os especialistas de sempre.

Precisamos de compromissos e reformas de longo prazo e essas exigem um amplo e franco debate intergeracional. A hora de abrir esse debate chegou.

Este documento é um registo de presença: estamos cá para discutir economia, cultura, saúde, educação, trabalho, direitos humanos ou desporto, porque lhes dedicamos o nosso estudo, o nosso trabalho, a nossa vida.

Até já,

Os autores

# 1. Economia & Transição Digital

Nos últimos 4 anos, Portugal tem perdido competitividade no [relatório do Banco Mundial “Ease of doing Business”](#), uma tendência contrária à que se observava desde 2006. Situa-se, actualmente, na 39º posição. Esta perda de competitividade, fundamental num mundo globalizado (não obstante a presente pandemia), pode ser um ponto de partida de uma análise que visa tornar a nossa economia - e um dos seus principais agentes, as empresas - numa realidade mais inovadora.

Uma das questões centrais é o fraco poder negocial das empresas, que se reflecte numa tesouraria frágil, poucos incentivos ao crescimento do negócio, e ainda uma baixa diversificação da base de clientes. Este cenário torna-se ainda mais preocupante quando, [segundo números da Autoridade Tributária e Aduaneira \(AT\) de 2018](#), um terço das empresas em Portugal não paga qualquer imposto sobre os lucros (IRC), e outro terço só paga pelo sistema de antecipação de impostos, o pagamento especial por conta.

A pandemia deixa-nos assim uma oportunidade de acelerarmos a dinâmica da economia portuguesa, dotando as empresas de instrumentos financeiros e de recursos humanos que sejam competitivos globalmente, e sermos, finalmente, uma economia baseada no conhecimento. Nesse sentido, propomos o conjunto de medidas descritas abaixo.

## 1. Formar e reconverter competências digitais nos quadros das empresas e municiar as PME's com ferramentas digitais

Se a transformação digital já tinha chegado para ficar, a pandemia acelerou de forma dramática essa necessidade. Acelerar a transição digital no sector das PME's, que correspondem a [99.9% do tecido empresarial português](#) é um imperativo, seja através da formação e da reconversão dos seus quadros, qualificando-os para uma nova realidade, bem como através do apoio à integração de ferramentas digitais que podem alavancar a competitividade destas empresas.

O Estado, apoiado em empresas portuguesas com capacidade para apoiar esta transição digital, deve fazer uma consulta junto do tecido empresarial português de modo a delinear um plano de digitalização empresarial orientado para o suprimento de deficiências existentes e em linha com as melhores práticas internacionais nas várias indústrias.

## 2. Simplificar e modernizar a gestão de processos das empresas

Para conseguirmos ter uma economia mais ágil e competitiva, a atualização das regras que regulam os modelos de governance empresarial são essenciais.

Por uma questão de equidade, justiça e garantia do cumprimento de leis nacionais e internacionais, a simplificação dos processos das empresas não pode contribuir para uma economia desigual. Contudo, em Portugal, essa governança é pesada, não informatizada, e, muitas vezes, ultrapassada.

É fundamental, por isso, promover a digitalização de vários procedimentos societários, por exemplo através do reconhecimento e agilização de métodos de contratação à distância, a promoção da digitalização de vários registos societários obrigatórios (livros de atas, livros de registo de ações), e da agilização de burocracias obrigatórias que retiram às empresas tempo e recursos significativos.

### **3. Adotar as medidas propostas pelo [Tech4Covid19](#) para promoção do empreendedorismo em Portugal**

Dada a ligação de vários membros dos Global Shapers Lisbon Hub e 100 Oportunidades ao movimento Tech4Covid19, reiteramos a importância da disponibilização de medidas importantes para alavancar o empreendedorismo e investimento em tecnologia em Portugal.

É essencial agilizar o acesso às medidas já anunciadas e garantir a monitorização da evolução da situação das empresas de base tecnológica, com potencial reforço de apoios que robusteçam a tesouraria e o fundo de maneiço, garantam retenção de talento e o acesso a financiamento.

### **4. Utilização do programa SIFIDE para inovação conjunta de incumbentes e startups**

É necessário criar incentivos fiscais para a investigação conjunta entre startups e empresas estabelecidas no mercado.

O SIFIDE actualmente não abrange outsourcing ou licenças de software o que dificulta a possibilidade de utilizar este incentivo para o fomento deste tipo de co-desenvolvimento de soluções entre incumbentes e startups. Este é um instrumento interessante por ser um crédito fiscal e não necessitar de avanços de capital do Estado e que poderia ser utilizado agora para fomentar a colaboração entre estes dois segmentos.



## 2. Finanças

Portugal entrou nesta pandemia com um excedente orçamental e com um crescimento real do seu produto acima da média da zona euro. Estes dois factos, que merecem destaque e apreço, infelizmente não suplantam o fraco crescimento económico registado desde o início do milénio e o altíssimo endividamento público e privado que existia quando se deu o momento zero deste embate.

É de ressaltar que o crescimento económico registado desde o final do programa de ajustamento da Troika, foi fortemente impulsionado pelo sector do turismo, um sector no qual se antevê uma enorme quebra durante a actual situação.

Este fator aumenta a vulnerabilidade de Portugal a este choque, e ameaça deitar por terra quase dez anos de disciplina e muito sacrifício dos portugueses.

Por isso, é urgente que nos foquemos em mudar a estrutura económica do nosso país e em lançar as bases para um tecido empresarial mais resiliente, mais dinâmico e capaz de gerar riqueza para todos os Portugueses. Só com empresas mais competitivas conseguiremos ter finanças públicas equilibradas e saúde financeira que nos permita superar o actual momento, não comprometendo mais uma geração.

Assim propomos que sejam implementadas as seguintes medidas enunciadas abaixo.

### **1. Promover o *carryback* de prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021**

Sugerimos a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 aos lucros dos últimos 5 exercícios fiscais, permitindo assim um apoio directo à tesouraria das empresas sem recurso ao crédito ou ao aumento da dívida e respectivos gastos financeiros.

A possibilidade de um *carryback* de prejuízos fiscais sem limite temporal é uma realidade nalguns países Europeus como a Estónia e a Letónia – e com um limite temporal de um ano em países como a Alemanha, a França, a Irlanda, a Holanda e o Reino Unido – e permite que as empresas possam usar os prejuízos apurados, por exemplo em 2020 e 2021, para reembolso do IRC pago no passado por lucros que estão agora a ser reduzidos por esses mesmos prejuízos.

## **2. Delinear um grande plano de incentivos fiscais para empresas transformadoras e empresas altamente inovadoras**

Recomendamos a criação de um regime de incentivos fiscais para empresas já constituídas e a constituir em que  $\frac{3}{4}$  dos activos destas seja composto por activos fixos tangíveis/ intangíveis, ou seja, que o rácio anual de activos corpóreos / activos intangíveis seja de pelo menos 75% sobre o total de activos.

No caso das primeiras, o objectivo é atrair a (re) localização de empresas transformadoras de bens e produtos para o território nacional. No caso das segundas, o objectivo é atrair empresas altamente inovadoras, digitais e da nova economia, e que produzem, detêm, exploram e comercializam activos intangíveis como sejam patentes, marcas, modelos, *software* (entre outros), uma vez que empresas desta natureza têm trabalhadores altamente qualificados.

Duas medidas fundamentais a implementar são, por um lado, a isenção de IRC durante um período de 10 anos a partir do primeiro ano em que o contribuinte auferir lucro, bem como da taxa de IRC reduzida (50% da taxa normal) a partir do ano 11º ano para empresas localizadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e/ ou do Porto, e de 25% da taxa normal para aquelas empresas localizadas no resto do país; e por outro lado, da aplicação do Regime Especial de Depreciações e Amortizações que permita a amortização de activos no dobro do tempo actualmente permitido no regime normal.

## **3. Acelerar o crédito de emergência às empresas através de uma plataforma inteligente de dados**

O crédito de emergência às empresas garantido pelo Estado não é uma solução de longo-prazo mas é urgente. Por isso, é necessário assegurar que esta política de apoio às empresas seja prudente, mas também eficaz.

Assim, propomos que esta gestão seja feita por uma plataforma inteligente de dados, abastecida com informação de vários organismos como a Central de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal, da Autoridade Tributária e da Segurança Social e que desta forma seja possível identificar as sociedades que devem ser intervencionadas.

## 3. Saúde

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi um dos resultados da revolução de 1974. Hoje, podemos orgulhar-nos de indicadores de saúde, como uma taxa de mortalidade infantil inferior à média europeia, ou um nível de cobertura vacinal exemplar a nível mundial. O SNS foi e continua a ser uma das maiores conquistas da democracia portuguesa.

Acreditamos que este é um momento crítico e que está nas mãos de todos, em particular da governação política, fazer história. É essencial promover a mudança no âmbito de um contexto que nos foi imposto e motivado por uma situação que nunca pensámos viver.

É fundamental aproveitar este momento de adversidade para capacitar o SNS português para os desafios vindouros. Este necessita de uma reformulação e, enquanto membros da nova geração da saúde, sentimos o direito e a obrigação de participar neste momento de viragem único, pelo que identificámos um conjunto de áreas prioritárias de ação detalhadas de seguida.

### 1. Assegurar a responsabilidade e accountability das autoridades de saúde

É necessário *reanimar órgãos vitais*, nomeadamente os que têm responsabilidade específica na gestão de emergências de saúde pública. Existe espaço para melhorar a performance e capacidade de resposta de entidades consultivas (como o Conselho Nacional de Saúde Pública), ou até executivas (como a Direção-Geral da Saúde), abrindo a Saúde Pública também a actores das novas gerações, com competências não só na área da saúde, mas também da gestão, estratégia, comunicação, tecnologia e inovação.

### 2. Simplificar profundamente a estrutura organizacional do SNS

A organização das estruturas públicas portuguesas é uma “caixa de pandora”, a qual sucessivos governos têm evitado abrir. Esta complexidade é deletéria para os desafios comuns e particularmente em respostas a situações de crise como a pandemia que enfrentamos.

Existem hoje algumas redundâncias que deveriam ser repensadas, por exemplo através da fusão de entidades públicas, como por exemplo entre a Direção Geral da Saúde e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

É também fundamental eliminar níveis de decisão intermédia desnecessários, potenciando o uso dos recursos disponíveis e promovendo uma comunicação mais próxima e ágil entre as estruturas centrais do Ministério da Saúde e as entidades prestadoras de cuidados de saúde. Um exemplo flagrante desta realidade é o caso das Administrações Regionais de Saúde.

Necessitamos de um SNS ágil, no qual seja possível sentar a uma só mesa a linha de comando, que vai desde os presidentes das entidades centrais do Ministério da Saúde (administração direta e indireta do Estado), até aos Conselhos de Administração das Unidades Locais de Saúde, Hospitais e Centros Hospitalares. Tal pode conferir ao SNS mais autonomia e capacidade de gestão, como uma entidade prestadora de cuidados de saúde robusta, e potenciando instituições de saúde mais desburocratizadas e eficientes.

### **3. Reforçar a ambição digital e a telemedicina nas entidades do SNS**

É ainda relevante construir um Serviço Nacional de Saúde verdadeiramente digital, no qual umas das linhas de contacto entre os cidadãos e o SNS possa ser totalmente informatizado, de modo a minimizar distâncias, facilitar o acesso, prevenir e melhorar a saúde mental (nomeadamente através da identificação dos grupos de maior risco em termos de saúde mental e de elaboração de estratégias de resposta), entre outros. Para tal, é necessário que alguns pressupostos sejam garantidos, nomeadamente identificar as principais áreas em que a telemedicina pode ser utilizada, definir o ato médico digital/ não presencial e a codificação atribuível a estas funções, para garantir a segurança tanto de profissionais de saúde, bem como de utentes.

É preciso também desenvolver as ferramentas necessárias para que se possam realizar consultas digitais e tirar dúvidas relacionadas com sintomas, por exemplo, através de linhas telefónicas adequadas, correio eletrónico, plataformas adequadas para videochamadas, áreas de utentes personalizadas, entre outros.

É importante investir no desenvolvimento e aplicação de inteligência artificial no suporte à decisão clínica por parte dos profissionais de saúde, e na promoção da saúde e autocuidado da população geral. Necessitamos ainda de promover a colaboração e a transferência de conhecimento de saúde digital dentro do sistema nacional de saúde e desenvolver as competências digitais de profissionais de saúde e utentes. Para tal, propomos a elaboração de colaborações público-privadas para desenvolvimento de cursos online e promoção de conteúdos através das redes sociais, e de um plano de formação na área com horas obrigatórias de formação, conferências e workshops para dissipação de conteúdos. Por fim, é importante avaliar os resultados da implementação do plano eHealth 2016-2020, de forma a definir os passos futuros.

#### **4. Aumentar a literacia em saúde e o combate à desinformação**

Um sistema eficaz está dependente de uma população bem informada. E por isso, necessitamos de capacitar a população com conhecimentos de saúde, com enfoque especial na importância da prevenção de doença e dos cuidados de saúde primários.

Também os media têm um papel fundamental nesta área. É urgente abordar de forma estratégica e estruturada a crescente problemática da desinformação na área de saúde. Para que tal seja possível, é essencial definir níveis de intervenção e regulação pelo Estado e as autoridades de saúde, identificar regras de conduta e co-regulação a serem assumidas pelos órgãos de comunicação social e capacitar os cidadãos no sentido de ganharem sentido crítico face à fiabilidade daquilo que lêem e partilham nas suas redes.

Recomendaríamos o desenho de um plano bem estruturado para os cuidados de saúde regulares, bem como uma avaliação do desempenho do sector da saúde na resposta a esta situação de crise, através de entidades externas e independentes que pudessem apoiar o Estado na melhor forma de gerir a comunicação da crise, do ponto de vista político e da articulação entre os diversos stakeholders envolvidos na resposta à pandemia.

#### **5. Promover uma maior gestão e eficiência de recursos e cooperação entre sectores público, social e privado, sempre centrada nos interesses dos doentes**

Devemos ter um Serviço Nacional de Saúde que se conhece e, por isso, consideramos fundamental que estejam disponíveis dados centralizados e atualizados sobre recursos humanos e materiais, bem como uma caracterização da população que cada instituição serve. O desconhecimento relativamente aos nossos próprios recursos limitou e gerou insegurança na organização inicial da resposta à pandemia.

Para além disso, é urgente evitar o antagonismo entre sistema público e privado. Dessa forma, é necessário garantir que todos (entidades públicas, privadas e sociais), sem exceção, são envolvidos na defesa da saúde da população, cooperando e promovendo sinergias.

Uma das frentes nas quais essas sinergias são essenciais é no atual modelo de abastecimento de materiais essenciais ao funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e na dependência de importações de países estrangeiros. É, portanto, fundamental, reforçar o fornecimento do Serviço Nacional de Saúde com material médico *made in Portugal*, e promover incentivos às empresas que se queiram dedicar a tempo inteiro a esta produção e ao fornecimento do SNS. Recomendaríamos ainda um mapeamento, sinalização e preparação das empresas com capacidade de produção de produtos essenciais em situação de crise.

## 4. Indústria & Comércio

Se, no contexto europeu, o nosso país pode ser considerado periférico, já no contexto mundial Portugal não poderia estar mais central. Esta falta de visão global tem comprometido décadas de crescimento. É necessário que Portugal volte a apostar na indústria e que aumente a competitividade dos seus bens nos mercados internacionais. É também necessário que se comece a utilizar a posição estratégica de Portugal como porta de entrada e saída de bens do espaço europeu, ganhando relevância nas rotas marítimas mundiais.

Assim, e por um lado, começamos por propor medidas que no curto prazo ajudem a não deixar morrer parte do nosso tecido empresarial, sem, todavia, criar uma *subsidiodependência*. Por outro lado, que lancem as bases para uma economia virada para o exterior, promovendo as exportações portuguesas e a relevância do nosso país como ponto de passagem nos fluxos comerciais entre a UE e o Mundo.

Desta forma, propomos um conjunto de medidas de implementação que vemos como o início de um novo período de expansão do tecido empresarial português e que devem ser as bases de ações mais ousadas na promoção das nossas empresas, e do papel do nosso país no Mundo.

### **1. Assegurar que as facturas de produtores nacionais sobre bens perecíveis serão pagas no limite até 30 dias após a sua emissão, durante os próximos 12 meses**

É preciso assegurar que os efeitos da retoma do consumo privado cheguem o mais rapidamente possível a todos os agentes económicos. Muitos produtores nacionais enfrentam problemas imediatos de liquidez, com o encarecimento dos seus custos de produção, fruto da disrupção das suas cadeias de fornecimento e de distribuição. É necessário que o dinheiro flua rapidamente dentro da economia, de modo a minimizar o hiato de tempo entre o gasto dos consumidores e a chegada de liquidez a cada produtor para que, quando se iniciar a retoma, o dinheiro chegue rapidamente a quem mais precisa.

Esta medida pode ser alargada no futuro a outro tipo de bens, desde que devidamente adaptada em termos de prazo a cada mercado específico e salvaguardando sempre a liberdade de iniciativa dos agentes, porque permite a correção de assimetrias de poder de mercado entre clientes e fornecedores, ao mesmo tempo que encurta a necessidade de investimento em fundo de maneio por parte de empresas com menor poder negocial.

## **2. Identificar os produtos em que mais de 50% do seu valor acrescentado é realizado em Portugal, em todos os sectores da economia.**

Sabemos que vivemos num mercado único, onde não é possível implementar medidas protecionistas. Também não se propõe criar uma *subsidiodependência*, comprometendo o empenho futuro dos nossos produtores em criar bens competitivos. Recomendamos identificar distintivamente todos os produtos nos quais mais de metade do seu custo representa riqueza gerada em Portugal, para depois deixar que as empresas e os consumidores façam as suas decisões de forma livre, mas informada, sobre como querem alocar os seus recursos.

Apesar de esta medida ser direccionada no curto-prazo para promoção do consumo por parte dos agentes nacionais, visa também criar no longo-prazo, e à semelhança de outros países europeus que promovem a sua marca nacional em mercados específicos, um aumento da percepção da qualidade dos produtos portugueses. Isto permitirá aumentar a margem de venda dos nossos produtos, e conseqüentemente do valor das nossas exportações.

## **3. Reduzir os custos das ligações entre Portugal e Espanha, aumentando a competitividade dos produtos nacionais, das plataformas logísticas portuguesas e fomentando o turismo terrestre no pós-pandemia**

Espanha é o principal mercado de exportação de produtos portugueses, representando cerca de 25% deste valor. É também a única fronteira terrestre do nosso país e por onde passam 40% dos produtos exportados por Portugal. O mercado espanhol representa a terceira maior fonte de receita para o turismo no nosso país. Assim, é necessário reduzir os custos de exportação de, e para Espanha, baixando os encargos com as auto-estradas e ferrovias, permitindo que os nossos produtos sejam mais competitivos no mercado europeu.

É também necessário criarmos um contraponto à redução de turistas que chegarão por via aérea, incentivando que, no pós-pandemia, possamos receber turistas que optem por se deslocar por via terrestre. Por outro lado, esta medida é representativa da necessidade de finalmente começarmos a tirar partido da posição geográfica de Portugal, como porta de entrada e saída de bens no espaço europeu.

A recuperação económica registada desde o fim do programa de ajustamento teve por base, entre outros fatores, o aproveitamento das condições endógenas do nosso país para atracção de turistas. Devemos iniciar esta nova década focando-nos em tirar partido da outra mais-valia endógena do nosso país, que é a sua condição geográfica única e conseqüente relação privilegiada com o mar.

## 5. Sustentabilidade & Ação Climática

A adoção de medidas no quadro de um imprescindível desenvolvimento sustentável é crucial. A responsabilidade é eminentemente política e cabe aos poderes públicos definir, aprovar e efetivamente implementar medidas de ação rigorosas e consequentes com o futuro que queremos.

Contudo, não podemos, cada um de nós, desresponsabilizar-se da obrigatoriedade que temos para com o futuro e de deixar às gerações vindouras um mundo melhor. O conhecimento que existe hoje em dia e a tecnologia disponível já não são compatíveis com comportamentos que ponham em risco as gerações futuras.

A sustentabilidade está na ordem do dia e como tal, propomos um conjunto de medidas nas quais Portugal pode contribuir para um futuro mais sustentável.

### **1. Promover o uso de transportes colectivos e transportes individuais com baixa pegada ecológica**

Ao nível da mobilidade ferroviária, é urgente criar, implementar, executar e acompanhar um plano ferroviário nacional seguro, que permita que mais deslocações sejam efetuadas com recurso ao comboio, aumentando a cobertura ferroviária e o acesso dos Portugueses ao comboio como meio de transporte preferencial.

Urge também readaptar a infraestrutura dedicada à circulação automóvel, para que esta possa conter redes cicláveis seguras, diretas e confortáveis, vias BUS e ainda um espaço para a circulação dos automóveis estritamente essenciais.

As frotas de transportes públicos deverão ser maioritariamente elétricas, sendo que para isso deverá haver uma dotação financeira do Estado que reforce o incentivo à aquisição de frotas 100% elétricas e que vá além dos atuais programas de substituição de frota do POSEUR.

A forma de financiamento destes projetos deve ser uma prioridade nos orçamentos nacionais, em detrimento de financiamentos que apenas se traduzem em maior atratividade para a utilização do automóvel. Territórios com uma mobilidade mais diversificada são territórios com melhor qualidade de vida.



## **2. Gerir, de forma sustentável e informada, os recursos naturais terrestres e marinhos**

É importante incentivar o consumo responsável e apostar na promoção de uma economia verdadeiramente circular, facilitando o aproveitamento de recursos e a preservação do capital natural.

No que toca aos recursos terrestres, é crucial apostar numa floresta portuguesa não sustentada em monoculturas intensivas, tornando o país mais resiliente aos incêndios florestais, criando condições para o desenvolvimento do interior, valorizando os serviços prestados pela natureza à sociedade e potenciando o restauro dos ecossistemas, a retenção de água e a produtividade dos solos.

É essencial integrar meios tecnológicos na prevenção e gestão de incêndios florestais, assim como no patrulhamento de grandes cobertos vegetais durante períodos críticos e salvaguardar a existência de meios aéreos nacionais para o combate a incêndios florestais.

É importante também adaptar as infra-estruturas pluviais existentes nas habitações para reaproveitamento de água e criar infra-estruturas urbanas para que possa existir reciclagem da água.

Por fim, no que toca aos recursos marinhos, é essencial combater a sobrepesca e a pesca insustentável, aumentar o número de áreas marinhas protegidas e considerar a preservação e restauro das florestas marinhas nas estratégias nacionais de redução dos gases com efeito de estufa, nomeadamente no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. É igualmente importante incentivar negócios que usem recursos marinhos de forma sustentável e desinvestir em negócios que provocam danos irreversíveis aos ecossistemas marinhos.

## **3. Incentivar a criação de negócios sustentáveis, e reforçar o papel da educação, da tecnologia e da ciência na temática do desenvolvimento sustentável**

Recomendamos a canalização de investimentos para soluções circulares que promovam a criação de novos mercados e a geração de emprego no sector, podendo assegurar ainda o cumprimento das metas europeias e os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

É importante ainda promover a criação de plataformas de apoio à descarbonização e ao design transformativo, com vista ao desenvolvimento de produtos / serviços de elevado valor acrescentado que resultem de processos de alta eficiência e baixo impacto ambiental. Para além disso, é essencial enquadrar incentivos fiscais a empresas que possuem valores éticos e sustentáveis, e diminuir os subsídios e isenções fiscais a indústrias poluentes.

No que toca à temática da educação, é crítico incentivar os media a potenciar campanhas que promovam a redução da pegada ecológica individual através de um consumo sustentável com foco no consumo mais consciente da sua pegada ecológica.

O Estado e as autoridades regionais e locais devem apoiar os media na identificação e promoção de casos práticos desenvolvidos em Portugal e de ligação entre a ciência, a tecnologia e a sustentabilidade, mostrando projectos reais que respondem a problemas reais.

Por fim, é essencial reforçar as temáticas relacionadas com a sustentabilidade e a ação climática no ensino, para termos gerações jovens conscientes da sua importância num quadro de desenvolvimento sustentável. Nesta ótica, é essencial rever a estratégia nacional para a educação ambiental e o referencial de educação ambiental para a sustentabilidade, procurando definir os conteúdos programáticos mais adequados nos vários níveis de escolaridade (básico, secundário e superior) do ensino público e privado.

## 6. Ciência & Investigação

A actual pandemia teve o papel de trazer novamente para o debate público a importância da ciência e da investigação na sociedade. É necessário fomentar o ensino científico e a investigação, tanto universitária como empresarial, em Portugal.

Inúmeros estudos comprovam que existe uma forte correlação entre a despesa que um país faz em ciência, a sua riqueza, e consequentemente o bem-estar dos seus cidadãos.

Esta pandemia criou as condições para que seja novamente colocado no debate público a necessidade de investirmos conjuntamente em melhores ferramentas que nos permitam, não só defendermo-nos de situações como a que vivemos, mas também aumentar a qualidade de vida dos portugueses.

Desta forma, é preciso pôr em marcha um plano de reativação da nossa comunidade científica e de investigação. Para isso propomos um conjunto de medidas fundamentais abaixo.

### 1. Promover uma ciência mais colaborativa e europeísta

Apesar do estatuto de pandemia da infecção por SARS-CoV-2, tem sido notório que as soluções apresentadas têm nascido de esforços essencialmente nacionais, sem a definição de uma frente comum.

Além de uma solução económica para a crise financeira que se avizinha, é importante garantir a colaboração dos países membros da União Europeia. Nesta nova era, devemos apostar numa ciência altamente integrada e assente em centros de excelência já existentes antes da pandemia para doenças infecciosas de etiologia viral e desenvolvimento de vacinas, ao invés de criar múltiplas abordagens locais e mais inexperientes, com menor hipótese de sucesso.

Nesse sentido, é importante a criação de “*clusters of excellence*” para a COVID-19 com financiamento próprio, possivelmente pelo European Research Council, em paralelo com outras iniciativas já existentes do European Innovation Council que visam envolver tanto a comunidade europeia, com a “*Pan-European hackathon #EUvsVirus*”, como o tecido empresarial, com a “*ePitching on COVID-19*”. Além de um efeito imediato, estas iniciativas servirão como base para um mecanismo de resistência mais alargado face a possíveis crises sanitárias futuras.

## **2. Potenciar uma ciência mais diversificada e reforçada**

Uma das razões mais importantes para o controlo da epidemia, senão a mais determinante, foi a existência de uma ciência de excelência pronta a modelar e prever a infecção do SARS-Cov-2, aconselhar as melhores medidas de prevenção, desenvolver testes de diagnóstico, procurar tratamentos já existentes, e a lançar as bases para uma possível vacina.

A necessidade de novas alternativas para a pandemia de COVID-19 deve reforçar a importância da investigação científica como um todo, pelo que o financiamento não deve ser desviado de outras áreas, devendo ser feito um reforço adicional de recursos para a crise sanitária actual. Não sabemos no futuro que especialidades científicas vão ser necessárias para responder a crises futuras, sejam elas sanitárias ou ambientais.

Nesse sentido, é essencial garantir a manutenção dos compromissos assumidos até agora e assegurar a transversalidade do financiamento das diversas áreas de conhecimento.

## **3. Desenvolver uma ciência portuguesa competitiva virada para o futuro, servindo a sociedade e a economia**

Portugal apresenta uma comunidade científica bem qualificada, sendo um beneficiário líquido de apoios à investigação da ERC, apesar do investimento em I&D ter sido de apenas 1,36% do PIB face aos 2,40% da OCDE e 2,19% da UE-27 (dados de 2018).

Face ao enorme potencial da comunidade científica portuguesa e à competitividade dos recursos humanos qualificados relativamente a outros países europeus, esta revolução no nosso quotidiano e a revitalização necessária dos nossos sectores empresariais poderão lançar as bases de uma indústria de I&D promissora e competitiva, baseada no conhecimento, com recursos humanos qualificados e produtos e serviços de elevado valor acrescentado.

Nesse sentido, iniciativas como a “*Bio-Saúde 2030 - Investimento em Ciências da Vida e Biotecnologia para a Saúde*” constituem oportunidades únicas de reorganização da economia portuguesa na área da Saúde e Investigação, com vista a um papel ativo e competitivo no panorama europeu e mundial.

## 7. Educação

Um dos sectores mais afectados pela actual disrupção é o sector da educação, sendo o dano causado pela actual paragem na formação dos jovens bastante sério. Esta quebra não terá apenas implicações do ponto de vista emocional e social para os nossos alunos, mas também poderá comprometer a sua aprendizagem e formação futura.

Assim, é necessário que utilizemos este choque para criarmos uma “educação do futuro” e que ao mesmo tempo ajude os alunos a fazer esta transição da forma mais suave possível. Desta forma, propomos as medidas de seguida descritas na área da educação.

### **1. Promover uma maior eficácia do ensino à distância, preparando os professores para um novo formato de lecionação**

A implementação de novos formatos de lecionação à distância impõe importantes desafios à eficácia das atuais metodologias de ensino. Propomos um conjunto de atividades de formação para os professores que contemplem alterações ou ajustamentos na forma como estruturam e gerem as suas aulas, tornando-as mais breves, interativas e práticas, tal como recomendado por várias linhas orientadoras internacionais.

O processo de ensino e aprendizagem a que nos vemos obrigados nestas circunstâncias não pode, nem deve, ser uma réplica das metodologias de trabalho adotadas presencialmente pelos professores, não podendo também ser uma barreira na relação do professor com os alunos, inibindo o processo de construção de conhecimento. Para além disso, é importante haver uma crescente familiarização com as plataformas *online* utilizadas em cada contexto escolar, tornando-as mais acessíveis e compreensíveis, e introduzir formatos complementares de avaliação mais ajustados a um ensino à distância.

Com vista à preparação destas soluções, propomos ainda, a criação de um *think tank* com diferentes docentes, para cada nível de ensino: básico, secundário e superior.

### **2. Apostar na capacidade de adaptação e autonomia dos alunos para uma melhor aprendizagem**

O exercício da aprendizagem não se circunscreve ao papel do professor. É necessário preparar os alunos para esta nova realidade, favorecendo a sua capacidade de adaptação.

Para tal, parece-nos fundamental implementar uma iniciativa que informe e capacite os alunos com estratégias de auto regulação do seu estudo, crucial para que tenham algum grau de autonomia nesta fase, assim como estratégias de gestão de tempo e produtividade, tendo em conta as exigências e limitações impostas pela fase em que atualmente nos encontramos.

À semelhança da medida anteriormente proposta, julgamos relevante a criação de um think tank composto por alunos do ensino básico, secundário e superior, de modo a que se possa compreender as suas necessidades, permitindo o debate de possíveis soluções.

### **3. Definir e implementar um conjunto de diretrizes que salvaguardem o bom funcionamento dos contextos escolares, privilegiando o bem-estar de todos os seus intervenientes**

Assegurar o bem-estar e saúde mental de alunos e professores é um aspecto fundamental. Esta necessidade é reforçada pela prevalência das perturbações mentais e outros problemas de comportamento, que até ao início da disseminação da pandemia, [afetavam 1 em cada 5 crianças e adolescentes](#), e que agora terão tendência para aumentar com o número de horas a que os alunos estão expostos a ecrãs, dos níveis de sedentarismo, da ansiedade, e da alteração abrupta nos modos de socialização.

Defendemos uma estratégia de contratação de psicólogos, de acordo com as boas práticas internacionais, com um [rácio de 1 psicólogo por cada 1000 alunos \(o atual rácio é de 1 psicólogo/ 1635 alunos\)](#). A contratação de psicólogos permitirá uma intervenção significativamente mais eficaz, numa atuação direta com alunos, e numa perspectiva de aconselhamento parental ou consultoria aos professores. Esta fase traz riscos sérios para a saúde mental e o desempenho escolar dos alunos é uma das dimensões mais rapidamente afetadas quando existe perturbação do seu bem-estar.

É preciso implementar um modelo de atuação que capacite os alunos na gestão emocional das várias exigências decorrentes da fase que vivemos, tanto através do apoio de psicólogos, usando diferentes formatos de atuação (plataformas online, folhetos digitais informativos), bem como dos professores (em particular os diretores de turma), capacitando-os para melhor reconhecer sinais de comportamentos problemáticos, utilizar estratégias para abordar preventivamente alunos sinalizados, procurando minimizar complicações e referenciar situações específicas aos psicólogos. A Ordem dos Psicólogos Portugueses será um parceiro estratégico importante nesta ótica.

#### **4. Fomentar a literacia política entre os jovens, aproximando os jovens da política**

Nas últimas duas décadas, mesmo no contexto de regimes democráticos, tem-se assistido ao progressivo afastamento dos jovens da política, bem patente na sua crescente abstenção eleitoral, bem como no seu distanciamento dos partidos tradicionais e das atividades políticas por estes mediadas, o que se traduz em níveis baixíssimos de filiação e ativismo partidário. Isso não significa, porém, que não haja participação política dos jovens.

Esta ocorre através da adesão a novas modalidades de participação, menos formais, hierarquizadas e profissionalizadas, desafiando os padrões da velha política e das fontes tradicionais de autoridade, bem como através de ativismo político online ou virtual, potenciado pelo uso das redes sociais. Isto demonstra que o problema muitas vezes não é o desinteresse ou a apatia política dos jovens, mas sim a falta de receptividade do sistema político em relação aos seus problemas, preocupações e interesses.

Urge, assim, aproximar os jovens da política, para que esta deixe de ser vista como irrelevante, complexa e controlada por uma elite política profissional, distante e preocupada em seguir uma agenda própria.

Assim, fomentar a participação dos mais jovens com o sistema democrático, as suas principais instituições e atores políticos, para além de uma necessária e urgente inovação e reinvenção dos processos e mecanismos de representação política convencionais, deve passar também pela aposta na literacia política dos mais jovens, através da criação de uma disciplina de literacia política e do recurso a diferentes estratégias pedagógicas que os envolvam no processo político e lhes permitam conhecer o funcionamento do sistema político português, para que se sintam atores e não meros espectadores dos processos de tomada de decisão política que os afetam, em particular, e à sociedade em que vivem, em geral.

## 8. Desporto

O desporto é uma parte inseparável da própria vida e um elemento promotor da saúde e, nessa medida, deve procurar uma relação firme com as mais variadas áreas da sociedade. Nesta relação de dependência saudável, torna-se imperativo que, olhando para o impacto da COVID-19, os atletas profissionais de alta competição consigam voltar à atividade e a população tenha acesso a um conjunto de atividades que permita um desenvolvimento do seu bem-estar e da sua saúde.

Como tal, propomos um conjunto de medidas, tendo em conta, por um lado, aproveitar o momento para analisar as estruturas e organização desportiva em Portugal, e por outro, promover um regresso progressivo, consistente e gradual da atividade desportiva no país.

### 1. Analisar a estrutura de governance do desporto em Portugal

A situação de pandemia é uma altura crítica para se avaliar o modelo de governance do desporto em Portugal, que actualmente se enquadra no âmbito da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, não havendo uma real e precisa contabilização do desporto na vida sócio-económica do país dado que os resultados das organizações desportivas estão a ser contabilizadas noutros sectores de actividade económica nacional, como por exemplo, as receitas provenientes do turismo desportivo. Recomendamos incorporar o desporto na agenda política nacional como um importante motor da economia nacional mas também como um dos principais veículos de monitorização da qualidade de vida dos portugueses, revisitando a lógica da criação de um Ministério do Desporto à imagem de outros países.

É essencial haver uma análise financeira desportiva do país transparente e rigorosa, medindo a atividade económica gerada pelo desporto, bem como uma adequação do financiamento face às necessidades das organizações desportivas, uma vez que uma grande fatia das fontes de financiamento do desporto nacional é a Santa Casa da Misericórdia, através da receita dos jogos sociais. O modelo atual está esgotado, e este, de facto, não consegue financiar o desporto de forma sustentada, nem para a baixa (prática desportiva), nem para a média (competições nacionais), nem para a alta competição (selecções nacionais).

O Ministério do Desporto seria, portanto, um parceiro vital e um motor importante na vida económica, mas sobretudo na saúde da população, na educação dos nossos filhos e netos, e na longevidade da vida geral dos portugueses.



A sua área de intervenção abrangeria todo o desporto nacional, da base até ao topo, atravessando todas as faixas etárias, níveis competitivos, mantendo enorme rigor pela luta pela igualdade de género, pelo acesso ao desporto para todos, pela educação através da ética e verdade desportivas.

## **2. Promover uma articulação do turismo e do desporto através da criação de uma rede de locais desportivos**

Esta medida visa combater a dispersão de recursos, aumentando as condições de segurança dos profissionais de desporto, através da utilização de espaços cirurgicamente decididos para cada modalidade. Utilizando os recursos já existentes, facilitar-se-ia a realização das competições e treinos, os estágios das equipas e dos atletas, e os meios de transporte. Com efeito, as entidades de organização desportivas poderão decidir, alocar e preparar os espaços mínimos necessários para que cada federação possa realizar os seus campeonatos, encarregando-se de aproveitar os hotéis e estabelecimentos de restauração circundantes, aproveitá-los para as circunstâncias extraordinárias.

## **3. Criar uma organização que, de forma centralizada e para todos os desportos, seja capaz de auxiliar e facilitar a gestão do regresso ao treino e à competição**

É essencial promover condições para a prática desportiva no âmbito dos sucessivos planos de desconfinamento que contemplem, por um lado, orientações das autoridades de saúde públicas nacionais e internacionais que promovam a higiene e a saúde nos espaços desportivos, e por outro lado, a coordenação dos fundos que garantam a realização de testes e restantes medidas de monitorização, a realizar junto de todas as modalidades. Para além disso, é essencial haver uma coordenação de meios que viabilizem a divulgação progressiva das competições nos vários desportos para que o público em geral esteja informado e possa seguir as mesmas, ainda que à distância.

## **4. Promover meios alternativos de acesso a audiências desportivas**

A maior parte dos atletas, equipas e outros intervenientes desportivos depende de uma audiência. Tendo em consideração que, numa primeira fase, o público não poderá estar presencialmente nos eventos, é necessário garantir que o desporto chega aos espectadores, através de sistemas *pay per view* ou outras formas de divulgação, que poderão servir como moeda de negociação perante patrocinadores.

Propomos a transmissão pelos canais públicos de conteúdos relacionados com os campeonatos das diferentes modalidades através de *streaming* (por exemplo, através da RTP Play) ou, em alternativa, a divulgação de conteúdos relacionados com essas modalidades durante um tempo de antena previamente definido. Para além disso, é importante assegurar o recebimento de todos os direitos televisivos até final da época e o cumprimento do modelo de negócio das mais variadas modalidades e federações. Seria ainda importante viabilizar e disponibilizar as equipas da RTP (ou outros meios estatais) para cobrirem diversas modalidades, aproveitando esta circunstância para promover modalidades menos representadas em termos mediáticos.

## **5. Potenciar o incentivo à retoma da capacidade das organizações desportivas**

O impacto económico-financeiro que a COVID-19 teve, tem e terá sobre as diferentes escalas de organizações desportivas que compõem o universo desportivo nacional constitui motivo de preocupação que deverá merecer a implementação de um período, transitório ou (se sustentável) definitivo, de aplicação de medidas de incentivo e de diminuição das barreiras de acesso ao desporto e à prática desportiva.

Propomos a redução do IVA no acesso aos espetáculos desportivos, de forma a promover, com as condicionantes existentes, a afluência a todo o tipo de eventos desportivos, o que permitirá minorar a redução de uma das principais receitas das organizações desportivas. Para além disso, recomendaríamos rever o IVA do material e equipamento desportivo, bem como da utilização de equipamentos e infraestruturas desportivas, permitindo que a prática desportiva lúdica se mantenha e os diferentes agentes (fornecedores especializados ou não na venda daquele material, bem como entidades gestoras e organizações desportivas proprietárias de infraestruturas desportivas) consigam manter também este canal de receitas e, dessa forma, diminuir o impacto no investimento na garantia da segurança sanitária das mesmas.

Tendo em consideração que o pilar estruturante do edifício do desporto nacional é o associativismo comportado pelos seus dirigentes desportivos benévolos (em grande parte, de clubes desportivos nos quais exercem tais funções numa ótica de atividade secundária), o desporto e a atividade física das comunidades só terão a ganhar se o diploma que regula esta atividade for revisto em conformidade com as exigências, responsabilidades e escrutínio que sobre estas funções impendem. Em face do período extraordinário que se vive, propomos também que se pondere a utilização e distribuição extraordinária do volume de receitas provenientes das apostas desportivas que se encontra retido e a aguardar distribuição em face da inexistência de entidade que cumpre os requisitos legais (designadamente estatuto de utilidade pública desportiva) para poder aceder aos valores das apostas.

## 9. Cultura

“A cultura assusta muito”, escreveu Lobo Antunes, referindo-se aos ditadores, que preferem sempre governar um povo que a não tem. Por estes anos, em que a ameaça dos totalitarismos se tem por renovada – e, nalguns países bem próximos, já concretizada – seria expectável que regimes democráticos com ambições de longevidade investissem na cultura como arma de elevação do povo.

Essa não é, contudo, a nossa realidade. Em Portugal, trabalhar em cultura é trabalhar num estado permanente de precariedade. Entendemos que a cultura assusta muito, sim: sobretudo os que trabalham diariamente para ela e por ela. É preciso um tipo especial de coragem para fazer da cultura um modo de vida.

O cenário é negro em várias áreas, e é inegável que a área cultural é das mais afetadas: fecharam os espaços da cultura, dos teatros às livrarias, dos espetáculos de música aos de dança, dos museus às galerias. Esses encerramentos deixaram descalças as pessoas que fazem a cultura acontecer: os / as artistas plásticos, curadores, galeristas e críticos, escritores e poetas, atores e atrizes, fotógrafos, estilistas, designers, produtores, editores, músicos, os / as engenheiros de som e de luz, técnicos de montagem, bailarinos, coreógrafos e realizadores, artistas urbanos e circenses, serviços educativos, assistentes de sala, pessoal técnico e auxiliar, pessoal de vigilância, entre muitos outros.

Sem pandemia, o trabalho destas pessoas é intermitente e precário. Com pandemia, não existe. E se queremos cultura quando as portas abrirem, então temos de mudar este estado de coisas de forma estrutural. Nesse sentido, propomos um conjunto de medidas que consideramos essenciais detalhadas abaixo.

### **1. Definir e implementar um fundo nacional de emergência para trabalhadores da cultura**

A criação de um fundo de emergência dotado das verbas necessárias para assegurar as condições para a manutenção de postos de trabalho no setor cultural em todo o país, bem como implementar mecanismos de compensação justos para quem deixou de poder realizar o seu trabalho em função do confinamento.

A atribuição destes fundos deve exigir apenas prova de carência proveniente da paralisação das atividades culturais e estar acessível a todos os que dependam de rendimentos provenientes do setor cultural, incluindo os profissionais de bastidores.

## **2. Reconhecer o estatuto de intermitência nas artes do espetáculo**

A Lei n.º 4/2008, de 27 de fevereiro, estabeleceu um regime bem-intencionado de proteção do trabalhador da cultura.

Contudo, a falta de fiscalização, bem como as práticas predatórias do mercado, ditam a sua total insuficiência. Nesse sentido, é essencial reconhecer essa natureza intermitente e criar condições que efetivamente garantam aos trabalhadores dessa área o benefício de um estatuto especial para profissionais da cultura sem contrato de trabalho, que difira do regime mais comumente aplicável dos recibos verdes.

Para além disso, recomendamos a atribuição, aos beneficiários desse estatuto, de proteção social em caso de desemprego, doença, maternidade ou incapacidade, bem como a adaptação do regime da reforma a profissionais com uma carreira contributiva irregular devido à sua natureza intermitente, assegurando que a escolha por uma profissão cultural não significa hipotecar a sua velhice.

## **3. Realizar um “censo cultural”**

É essencial, para a correta planificação de um programa político de base nacional para a cultura, saber quais são e onde estão os grandes espaços e equipamentos culturais, quem são, quantos são, onde estão e como vivem os profissionais da cultura.

É também fundamental aferir quem são, onde estão e que condições oferecem os grandes empregadores destes profissionais, e qual é o perfil do cidadão português enquanto consumidor de cultura.

A falta de planeamento implica duas coisas: má aplicação do dinheiro e menos visibilidade das verdadeiras necessidades.

Recomendamos fazer um levantamento e conhecer a fundo as necessidades, as ferramentas e os protagonistas da cultura em Portugal. Só assim podemos conhecer os problemas com profundidade e planear a sua resolução, com orçamentos suficientes e medidas sérias.

Repetimos: “A cultura assusta muito”. É urgente trabalhar para que a cultura portuguesa possa continuar a fazer o seu trabalho de assustar ignorâncias e consciências, em vez de assustar apenas quem lhe dedica a sua vida.

## 10. Igualdade & Inclusão

É sobretudo em momentos de crise que se testa a determinação de um país e do seu povo em cuidar dos menos privilegiados.

Entendemos que esta crise é uma oportunidade para sedimentar Portugal como um país inclusivo, que proteje ativamente, militantemente, todos os seus cidadãos, e que vê nesse desígnio não só o dever de promover igualdade de oportunidades, mas também o de construir uma sociedade mais justa, respeitadora e empática.

Já demos um bom exemplo ao mundo, com a regularização temporária de imigrantes cujos processos estavam já em curso. Medidas como esta devem ser aprofundadas e estendidas conforme necessário durante este período crítico, uma vez que são um garante de estabilidade e dignidade para muitas pessoas em situação de incerteza.

Nesta missão, entendemos ser ainda essencial implementar as medidas explanadas de seguida.

### **1. Promover a prorrogação e reforço dos apoios do Estado a projetos sociais e organizações**

Existem grupos de trabalho, organizações e projetos sociais em Portugal que já têm vindo a, continuamente, contribuir para o progresso em relação a questões como a igualdade de género e direitos das mulheres, questões étnico-raciais, migração e refugiados, bem como apoio à comunidade LGBTQ+.

Por norma, estas entidades desenvolvem um trabalho muito próximo das comunidades, sendo o seu primeiro recurso. Desta forma, num período de pandemia, pós-pandemia e consequente crise, o trabalho desenvolvido pelas mesmas torna-se essencial e prioritário. É importante que consigam não só continuar a desenvolver o seu trabalho mas também aumentar a capacidade de resposta do mesmo. O seu financiamento é essencial.

## **2. Assegurar a continuidade do tratamento às pessoas Trans, através da renovação da prescrição da terapêutica específica hormonal**

É importante classificar o tratamento hormonal contínuo como vital e garantir que permanece ininterrupto, inclusive, quando necessário, através da administração de injeções em estabelecimentos de saúde, farmácias e clínicas.

Quando não for possível a profissionais de saúde administrar injeções, é essencial verificar se as pessoas Trans têm informações e recursos suficientes para se auto-injetar. O interrompimento do tratamento hormonal para pessoas Trans pode significar situações de risco de vida.

## **3. Reforçar o apoio ao combate à violência doméstica**

O período de confinamento social veio mostrar-nos a importância da denúncia por terceiros sobre casos de violência doméstica.

No entanto, foi reportado a várias organizações sociais que, apesar de as linhas de apoio estarem a funcionar, o problema muitas vezes reside na falta de preparação dos intervenientes desse processo, seja no tratamento da informação recebida e consequente encaminhamento, seja na intervenção por parte de oficiais de segurança.

Recomendamos uma análise de gaps nos processos de combate à violência doméstica, bem como um correto mapeamento das necessidades e desenho de um plano de formação adaptado aos intervenientes referidos para que estes casos sejam tratados com a maior celeridade e eficácia possível.

## 11. Direito & Justiça

A crise pandémica veio pôr a descoberto a fragilidade de muitos sectores da nossa sociedade, bem como evidenciar o atraso de alguns deles face à tecnologia disponível.

Ubi societas, ibi jus. O Direito visa justamente regular a vida em sociedade. Logo, se os problemas se alteram, se a sociedade reclama novas respostas do legislador, o Direito deve adaptar-se. Mas, se por vezes já é difícil acompanhar essa evolução em estado de normalidade, sobretudo em sectores mais dinâmicos, no contexto do combate a uma pandemia este desafio torna-se ainda maior.

O Direito está em todo o lado e muitas das medidas propostas ao longo deste documento reclamam também uma intervenção legislativa. Assim, as medidas que identificamos aqui condensam problemas transversais a várias áreas e que convocam problemas jurídicos a que o Estado tem de dar uma resposta urgente. Resposta esta que terá um impacto determinante no futuro próximo e na configuração da relação entre o Estado e os direitos fundamentais dos cidadãos.

### 1. Responder às deficiências do regime laboral

Um setor chave de reforma será necessariamente o setor laboral. Consideramos essencial que seja dada uma resposta justa ao problema das férias laborais, nomeadamente tendo em conta que não será possível que todos os trabalhadores tenham possibilidade de gozar as suas férias simultaneamente no final do período de quarentena. Sugerimos que o gozo das férias deva ocorrer até ao final do ano a que dizem respeito ou por acordo entre trabalhador e empregador.

Para além disso, é essencial alterar o regime da renovação dos contratos a prazo para que sejam automaticamente renovados tendo em conta a situação excecional da pandemia, bem como deferir tacitamente o pedido de trabalho a tempo parcial por parte dos trabalhadores com filhos menores de 12 anos, ou independentemente da idade, portadores de deficiência ou doença crónica, ainda que o trabalho seja exercido em regime de teletrabalho.

## **2. Potenciar a implementação de medidas legislativas relacionadas com a digitalização e tecnologia**

A utilização da tecnologia constituirá um pilar essencial da transição para a normalidade no pós COVID-19. Também na área da justiça e do direito, a tecnologia deve desempenhar um papel central, de concretização de direitos, de prossecução de políticas de reintegração e de flexibilização da prestação laboral.

Para concretizar estas medidas, entendemos que a literacia digital deve constituir uma prioridade no pós-pandemia, por exemplo, aproveitando os intervalos da telescola para ensinar sobre os riscos de acesso à internet, promover a formação contra a disseminação de notícias falsas (a ver também em maior detalhe nas propostas na área de “Comunicação & Media”) ou promover o acesso a livros digitais (por exemplo, através de uma redução da carga fiscal sobre e-books ou de um incentivo monetário direto às famílias sob a forma de um “cheque-livro”).

Este investimento na digitalização em tempo de pandemia deve também abranger o sistema prisional, nomeadamente permitindo um maior contacto entre reclusos e os seus familiares e amigos, por exemplo implementando mecanismos de videochamada nos estabelecimentos prisionais e possibilitando o uso de tablets para acesso a formações (e-learning), apoio psicológico (dando o exemplo do projeto <https://acalma.online/> lançado recentemente) e o acesso a serviços básicos como os da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

O recurso a tecnologias de vigilância e controlo de pacientes COVID-19 pode colocar em risco Direitos Fundamentais como o direito à intimidade da vida privada, privacidade e liberdades de circulação. Os exemplos que chegam de países como a China ou Singapura alertam-nos para a necessidade de garantir o respeito pelas normas nacionais e europeias que não podem ser ignoradas mesmo em estado de emergência. Assim, consideramos essencial garantir que as denominadas “Corona Apps”, aplicações de controlo e vigilância de pacientes COVID-19, sigam escrupulosamente as recomendações da Comissão Europeia e do Comité Europeu de Proteção de Dados.

Para além disso, é essencial privilegiar o acesso digital aos serviços da Administração Pública através do Balcão Único Digital, e reforçar a proteção dos cidadãos em matéria de cibercrime, quer através de ações de sensibilização junto da população, quer através do reforço da capacidade operacional do Centro Nacional de Cibersegurança.



### **3. Promover a flexibilização de regimes existentes**

Entendemos que existem determinados regimes que poderão ser flexibilizados face à pandemia para permitirem uma melhor alocação de recursos, o que já tem, aliás, vindo a ser ensaiado em alguns domínios.

Sugerimos a alteração do Código dos Contratos Públicos, ou a aprovação de um regime temporário excepcional, que suspenda a aplicação dos artigos 266.º- A a C, permitindo a doação direta de bens móveis essencialmente por parte das entidades públicas. Esta suspensão deve privilegiar uma abordagem concertada territorial, em que as entidades contactam com o Poder Local (Municípios e Freguesias) listando os bens de que não necessitam (exemplos: computadores, monitores, periféricos) para que possam ser entregues, sem custo, num regime de doação ou de empréstimo, aos munícipes respetivos.

Propomos ainda alterações ao regime do IVA sobre determinados produtos que se tornam essenciais durante a pandemia, em especial a materiais didáticos como livros e equipamentos digitais, de forma a tornar a produção e digitalização destes conteúdos mais atrativa do lado da oferta, e facilitar a sua aquisição, do lado da procura.

## 12. Trabalho & Solidariedade Social

São muitas as empresas que enfrentam problemas graves de liquidez, uma dificuldade especialmente sentida pelas PME's, as quais compõem a esmagadora maioria do tecido empresarial nacional. Num contexto de forte contração da oferta e da procura, milhares de empresas recorreram a mecanismos de *lay-off* total ou parcial, para garantir o pagamento de salários dos seus trabalhadores. Sem certezas de quando será restaurada a confiança que permita garantir a produção e o consumo em níveis sustentáveis, empresas e trabalhadores enfrentam dificuldades em conseguir manter a produção e os postos de trabalho.

Outro dos grandes problemas que enfrentamos é a redução acentuada de rendimento da grande maioria da população, resultado dos fenómenos de *lay-off*, dos despedimentos e do número elevado de pessoas em situação precária. Para muitas destas pessoas, o rendimento atual não permite fazer face a necessidades básicas, como o pagamento de renda, água e luz, ou ainda a compra de bens essenciais. Acresce a isto, a dificuldade que muitos negócios locais enfrentam, devido à quebra na procura de bens e serviços ou pela impossibilidade de estarem abertos. Neste sentido propomos as medidas abaixo.

### **1. Apoiar uma iniciativa de sensibilização e mobilização do setor empresarial: Compromisso Empresa + Resiliente**

É necessário criar um compromisso que promova a sensibilização e partilha de boas práticas entre empresas em Portugal, através da assinatura de um memorando de compromisso, onde constarão medidas que visem a manutenção de condições de trabalho para os seus colaboradores e que sejam justas e sustentáveis no longo prazo. Algumas das medidas a incluir poderão ser o compromisso de não distribuição de dividendos em 2020; de manutenção de 80% ou mais dos postos de trabalho; de cortes nos bónus da gestão, como medida solidária para garantir a manutenção dos postos de trabalho.

### **2. Definir um rendimento incondicional promovido pela introdução de moedas locais**

A introdução de um rendimento mínimo garantido, através de uma moeda local, poderá servir para mitigar alguns destes impactos (tendo por exemplo a experiência na [Cidade de Maricá, no Brasil](#), e o “cartão mumbuca”).

Consideramos que a introdução de uma moeda local a nível municipal ou de freguesia poderia promover o comércio local, sendo que essa moeda apenas poderia ser utilizada nos negócios locais aderentes.

Por outro lado, é importante garantir um rendimento mínimo por 3 meses (prorrogável por 6 meses, consoante as necessidades) distribuído a todos os residentes do concelho ou da freguesia, em moeda local, podendo ser uma forma de garantir a supressão de algumas das necessidades prementes que a conjuntura atual não permite para muitas pessoas no país. Tratar-se-ia de um projecto piloto, no sentido de procurar inovar na implementação de soluções para o contexto que vivemos.

### **3. Potenciar o comércio local através de sistemas de logística comunitários**

Tendo em vista apoiar os comércios locais, propomos a implementação de sistemas de logística comunitários a nível municipal. O objectivo seria associar pequenos comerciantes e, localmente, poder diluir os custos de entrega. Ao ter vários comerciantes aderentes, um estafeta pode entregar produtos de vários comerciantes de uma só vez, reduzindo os custos por entrega. O custo desta operação poderia ser suportado por comissão por entrega, subscrição mensal ou ficar a cargo do município, seja através de financiamento do serviço ou da alocação de técnicos. Um dos exemplos de aplicação desta lógica é o da [União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a iniciativa “Compro em Casa”](#).

### **4. Constituir uma comissão de empreendedorismo social**

É necessária a criação de uma rede de partilha de necessidades de organizações sociais, onde numa primeira fase seja feita uma auscultação a todas as organizações e um posterior agrupamento por áreas de intervenção.

Estas necessidades serão trabalhadas de forma a integrarem uma base de dados de necessidades conjuntas, tendo em conta que muitas são comuns à maioria das organizações. Cada área terá um representante, que tem como missão dar voz a estas necessidades e garantir que ninguém fica para trás. Teremos desta forma um possível *match* organizado entre as necessidades das organizações e a oferta governamental e corporativa, acrescentando também a grande mais valia do trabalho comunitário em rede e da partilha de experiências.

## 13. Habitação, Infra-Estruturas & Arquitectura

Esta pandemia confinou a grande maioria dos portugueses ao espaço da sua casa. As condições e a comodidade desse confinamento, diferentes para cada um, passaram em grande parte a ser determinadas pelas condições e comodidade da sua habitação. A concretização do direito à habitação em condições de dignidade deve, assim, ganhar redobrada atenção. Por um lado, o mercado imobiliário tem constituído uma grande fonte de investimento estrangeiro, que importa continuar a fomentar em situação de crise. Por outro lado, o parque habitacional disponível para arrendamento tem sofrido uma enorme redução e encarecimento, empurrando os locais para fora da cidade, sem que a rede de transportes e infra-estruturas acompanhe esse movimento, de modo a torná-lo menos penalizador.

Para além disto, surge a necessidade de refletirmos acerca do impacto desta pandemia no desenho do espaço público e privado, no sentido de delinear estratégias futuras para o seu planeamento. Ao longo da história assistimos a profundas mudanças ao nível do desenho urbano e arquitectónico decorrentes de catástrofes naturais e / ou outros eventos históricos de igual importância.

Com esta pandemia verificou-se uma crescente adopção de meios virtuais no dia-a-dia, para efeitos de teletrabalho ou para comércio e transações online. Por outro lado, muitos começam a dedicar-se ao cultivo de alguns alimentos em varandas e logradouros para consumo próprio em detrimento da sua compra. O impacto da introdução mais profunda das tecnologias e as mudanças de hábitos nas cidades em espaços quer no domínio público, quer no domínio privado, é uma questão pertinente e que merece especial atenção face ao que estamos a viver.

Assim, entendemos que devem ser tomadas medidas nas áreas prioritárias abaixo consideradas.

### 1. Concretizar o direito à habitação

Não deveria ser necessária uma pandemia para tomarmos consciência da dimensão de desproteção de quem não tem uma casa. Nos últimos quatro anos, Portugal aumentou em 157% o número de sem-abrigos, de acordo com um relatório da OCDE.

O direito à habitação é trave essencial de uma vida digna. Entender esta frase como verdadeira é defender a necessidade de construção e disponibilização de habitação social, de programas permanentes de reabilitação e realojamento - e não apenas em contexto de emergência -, de financiamento de projetos neste setor social, e de uma estratégia nacional de combate à situação de sem-abrigo.

## **2. Agilizar procedimentos administrativos relativos à habitação**

Os atrasos no licenciamento são um dos maiores imponderáveis de um projeto imobiliário, reduzindo assim a quantidade e qualidade de oferta. Há que efetivar um encurtamento dos prazos do licenciamento, acompanhados da sua digitalização, com redução das taxas urbanísticas, não esquecendo as pesadas taxas de compensação, cuja redução é fundamental. A agilização do processo de licenciamento, nomeadamente de projetos destinados à habitação, pode contribuir para o reequilíbrio entre a oferta e a procura, promovendo uma baixa no preço das rendas nas grandes cidades.

Para além disso, temos hoje mecanismos tecnológicos suficientes para realizar escrituras públicas e demais atos públicos e notariais através de assinatura digital, usando a teleconferência, métodos remotos de identificação das partes e da sua livre vontade em contratar, eliminando a necessidade da presença física e beneficiando o negócio à distância.

Por outro lado, determinados atos jurídicos carecem de apresentação de documentos certificados pela respetiva câmara municipal. Este processo burocrático causa atrasos significativos na conclusão dos projetos em curso. Importa desburocratizar, tal como foi feito para a certidão predial permanente, desenvolvendo um sistema através do qual o requerente ou as entidades públicas possam aceder no formato online às referidas certidões.

## **3. Implementar benefícios fiscais para projetos imobiliários**

Para projetos que visem suprir as atuais necessidades do País, como a construção nova de habitação acessível ou a renovação de prédios e frações para arrendamento de longa duração, o IVA representa um dos principais custos num projeto imobiliário, cuja redução para 6% para certas atividades poderá incentivar uma construção que tenha as necessidades da população em mente.

## **4. Apostar na crescente ligação entre a sustentabilidade, a arquitectura e as infra-estruturas**

Numa perspectiva de contenção dos custos de obra, é fundamental o alerta para a importância de reduzir, reutilizar, recuperar e reciclar materiais, assente numa lógica de economia circular, que dá primazia ao investimento em matérias primas locais ao invés das importadas. É importante promover uma dinamização e actualização da indústria de construção através de um trabalho próximo com as associações e entidades do sector que permitam que os projectos arquitectónicos bem como a estratégia e planeamento de infra-estruturas contemplem cada vez mais a importância da sustentabilidade.

## 14. Comunicação & Media

A aquisição de competências digitais e mediáticas numa era em que grande parte das nossas vidas, das nossas relações, das nossas aprendizagens, passam pelas redes sociais e pela internet, é absolutamente essencial.

A informação, hoje em dia, está acessível em múltiplas fontes, nem todas credíveis. As pessoas navegam por essa informação guiadas por algoritmos que não conhecem. Estar informado nunca foi tão fácil, e nunca foi tão difícil.

A chave para este paradoxo é de formulação simples, mas de realização complexa, e passa por ensinar as pessoas a tratar o excesso de informação. A luta pela literacia mediática é uma luta pela democracia, pelo direito à informação e pelo direito de acesso, em segurança, aos meios digitais. Nesse sentido, propomos as seguintes medidas abaixo aprofundadas.

### **1. Integrar a literacia mediática e digital no sistema de educação**

É essencial dotar a população, de todas as idades, das ferramentas essenciais para lidar com esta nova forma de consumir informação e de interagir com os outros.

A literacia básica não é já suficiente e, se as consequências da desinformação em áreas como a política ou a saúde são hoje bem visíveis, muito se deve à falta de defesas da população.

A literacia mediática, isto é, o ensino de ferramentas que permitem ao leitor lidar com a “sobreinformação”, distinguir fontes credíveis de fontes não credíveis, que ensinam a enquadrar múltiplas versões dos mesmos factos e a procurar as fontes primárias, tem de ocupar um espaço central nos programas de educação, do ensino básico ao ensino secundário, ao lado das ciências exatas, das línguas e das ciências sociais. Estas são as mais importantes ferramentas-base do século XXI e cabe à escola dotar as novas gerações da capacidade de as utilizar.

### **2. Abrir fundos / bolsas para projectos de literacia mediática e jornalismo**

A literacia mediática é uma preocupação quanto às novas gerações, mas é uma emergência no que respeita às mais antigas. Consideramos essencial dotar a sociedade civil dos meios de financiamento necessários à realização de projetos nesta área, que visem a capacitação de

populações fora da idade escolar, de criação de conteúdos multiplataforma e de iniciativas de sensibilização em matérias como desinformação, espírito crítico e ativismo mediático.

Propomos ainda a criação de um organismo independente do governo, que fique responsável pela atribuição de bolsas de jornalismo (ao invés de apenas apoios a empresas de media) a jornalistas individuais ou a projetos de jornalismo.

### **3. Desenvolver um quadro regulatório que assegure a liberdade e subsistência do setor da informação, comunicação e media**

A digitalização democratizou o acesso e a produção de informação, trazendo também vários perigos e desafios. As fontes de informação "tradicionais", feitas por jornalistas encartados e que respondem perante um código deontológico, concorrem hoje pela atenção de leitores com qualquer pessoa, dos bloggers aos youtubers.

A publicidade continua a ser a principal fonte de receitas da maioria dos meios de comunicação, mas esse mercado é hoje sobretudo controlado por grandes plataformas tecnológicas. Salvo raras exceções, os padrões de qualidade da informação têm decrescido um pouco por todo o lado, e Portugal não é exceção. Os novos projetos de media independente, por outro lado, sofrem com a falta de vias de financiamento nacional e de alternativas viáveis às receitas publicitárias.

O acesso a informação de qualidade é um problema de interesse público urgente, com impactos extraordinários na qualidade de vida em sociedade e na própria concretização da democracia. É necessário agir, preferivelmente num contexto de ação europeia concertada, e com absoluto respeito pela liberdade de imprensa e a independência dos media, no sentido de assegurar a sobrevivência de um jornalismo feito com ética, com autonomia e com condições de trabalho.

O Estado tem a responsabilidade de concretizar o acesso a informação de qualidade. Esse acesso passa, inevitavelmente, também por meios privados de comunicação, que deve ajudar. São privados com função de interesse público. Poderá fazê-lo estimulando a criação de soluções para que empresas (novas ou velhas) produzam informação de qualidade.

Essas medidas devem passar por uma regulação efetiva, e não dormente, do cumprimento das regras deontológicas e legais que regulam a comunicação social; fomentando a descoberta de novas formas de diversificação das fontes de receitas que promovam a autonomia e independência das redações, e a criação de um mecanismo de reconversão de órgãos de comunicação social sem fins lucrativos em instituições de utilidade pública (como as ONGD ou IPSS), para que possam ter benefícios fiscais e apoios estatais.

## 15. Quadro Síntese das 50 Medidas

1. Economia & Transição Digital	Formar e reconverter competências digitais nos quadros das empresas e municiar as PMEs com ferramentas digitais
	Simplificar e modernizar a gestão de processos das empresas
	Adotar as medidas propostas pelo Tech4Covid19 para promoção do empreendedorismo em Portugal
	Utilização do programa SIFIDE para inovação conjunta de incumbentes e startups
2. Finanças	Promover o carryback de prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021
	Delinear um grande plano de incentivos fiscais para empresas transformadoras e empresas altamente inovadoras
	Acelerar o crédito de emergência às empresas através de uma plataforma inteligente de dados
3. Saúde	Assegurar a responsabilidade e accountability das autoridades de saúde
	Simplificar profundamente a estrutura organizacional do SNS
	Reforçar a ambição digital e a telemedicina nas entidades do SNS
	Aumentar a literacia em saúde e o combate à desinformação
	Promover uma maior gestão e eficiência de recursos e cooperação entre sectores público, social e privado, sempre centrada nos interesses dos doentes
4. Indústria & Comércio	Assegurar que as facturas de produtores nacionais sobre bens perecíveis serão pagas no limite até 30 dias após a sua emissão, durante os próximos 12 meses
	Identificar todos os produtos em que mais de 50% do seu valor acrescentado é realizado em Portugal, em todos os sectores da economia
	Reduzir os custos das ligações entre Portugal e Espanha, aumentando a competitividade dos produtos nacionais e fomentando o turismo terrestre no pós-pandemia
5. Sustentabilidade & Ação Climática	Promover o uso de transportes colectivos e transportes individuais com baixa pegada ecológica



	Gerir, de forma sustentável e informada, os recursos naturais terrestres e marinhos
	Incentivar a criação de negócios sustentáveis, e reforçar o papel da educação, da tecnologia e da ciência na temática do desenvolvimento sustentável
6. Ciência & Investigação	Promover uma ciência mais colaborativa e europeísta
	Potenciar uma ciência mais diversificada e reforçada
	Desenvolver uma ciência portuguesa competitiva virada para o futuro, servindo a sociedade e a economia
7. Educação	Promover uma maior eficácia do ensino à distância, preparando professores para um novo formato de lecionação
	Apostar na capacidade de adaptação e autonomia dos alunos para uma melhor aprendizagem
	Definir e implementar um conjunto de diretrizes que salvaguardem o bom funcionamento dos contextos escolares, privilegiando o bem-estar de todos os seus intervenientes
	Fomentar a literacia política entre os jovens, aproximando os jovens da política
8. Desporto	Analisar a estrutura de governance do desporto em Portugal
	Promover uma articulação do turismo e do desporto através da criação de uma rede de locais desportivos
	Criar uma organização que, de forma centralizada e para todos os desportos, seja capaz de auxiliar e facilitar a gestão do regresso ao treino e à competição
	Promover meios alternativos de acesso a audiências desportivas
	Potenciar o incentivo à retoma da capacidade das organizações desportivas
9. Cultura	Definir e implementar um fundo nacional de emergência para trabalhadores da cultura
	Reconhecer o estatuto de intermitência nas artes do espetáculo
	Realizar um “censo cultural”
10. Igualdade & Inclusão	Promover a prorrogação e reforço dos apoios do Estado a projetos sociais e organizações
	Assegurar a continuidade do tratamento às pessoas Trans, através da renovação da prescrição da terapêutica específica hormonal

	Reforçar o apoio ao combate à violência doméstica
11. Direito & Justiça	Responder às deficiências do regime laboral
	Potenciar a implementação de medidas legislativas relacionadas com a digitalização e tecnologia
	Promover a flexibilização de regimes existentes
12. Trabalho & Solidariedade Social	Apoiar uma iniciativa de sensibilização e mobilização do setor empresarial: Compromisso Empresa + Resiliente
	Definir um rendimento incondicional promovido pela introdução de moedas locais
	Potenciar o comércio local através de sistemas de logística comunitários
	Constituir uma comissão de empreendedorismo social
13. Habitação, Infra-Estruturas & Arquitectura	Concretizar o direito à habitação
	Agilizar procedimentos administrativos relativos à habitação
	Implementar benefícios fiscais para projectos imobiliários
	Apostar na crescente ligação entre a sustentabilidade, a arquitectura e as infra-estruturas
14. Comunicação & Media	Integrar a literacia mediática e digital no sistema de educação
	Abrir fundos / bolsas para projectos de literacia mediática e jornalismo
	Desenvolver um quadro regulatório que assegure a liberdade e subsistência do setor da informação, comunicação e media

# Lista de Autores

Equipa de Coordenação:

Diogo Almeida Alves

João Marecos

Nota Importante: Abaixo referidos encontram-se membros dos Global Shapers Lisbon e 100 Oportunidades que contribuíram nas suas áreas de especialização, respondendo apenas pelo conteúdo incluído em cada área respectiva.

## 1. Economia e Transição Digital:

Cristina Fonseca

Daniel Araújo

Daniela Monteiro

Diogo Almeida Alves

João Freire de Andrade

João Romão

Lara Vidreiro

Madalena Rugeroni

Marta Lopes

## 2. Finanças:

Gonçalo Dorotea Cevada

João Freire de Andrade

Luís Teles Morais

Tiago Espinhaço Gomes

## 3. Saúde:

Alexandre Morais Nunes

Catarina Perry da Câmara

Catarina Reis Carvalho

David Sousa

Francisco Goiana da Silva

Henrique Prata Ribeiro

Joana Baleia

Joana Santos

Juliana Sá

Maria Raimundo

#### 4. Indústria e Comércio:

Duarte Gouveia

Leonor Horta

Paulo Gaspar

Pedro Pena Bastos

Tiago Quaresma

#### 5. Sustentabilidade e Ação Climática:

Anna Masiello

Diogo Almeida Alves

João Sargedas

Mário Meireles

Patrícia Silva

Raquel Gaião Silva

Simão Soares

#### 6. Ciência e Investigação:

David Braga Malta

João Ribas

Filipe Cortes Figueiredo

Marta Rocha de Oliveira

## 7. Educação:

Afonso Mendonça Reis

Celso Sousa Costa

Diogo Almeida Alves

Joana de Almeida Simas

Maria Francisca Macedo

Margarida Domingues

## 8. Desporto:

Ana Rente

Bárbara Timo

Diogo Almeida Alves

Diogo Ganchinho

Francisco Guimarães

João Kopke

João Maltez

## 9. Cultura:

Diogo Almeida Alves

João Marecos

Lourenço Ferreira

Rita Dias

## 10. Igualdade e Inclusão:

Carolina Pereira

Diogo Vieira da Silva

Evódia Graça

Joana Cadete Pires

## 11. Direito e Justiça:

David Silva Ramalho

Duarte Fonseca

Graça Canto Moniz

Joana Cadete Pires

Francisco de Abreu Duarte

Pedro Santos Azevedo

Rita Sobral

Tito Rendas

## 12. Trabalho e Solidariedade Social:

Ana Catarina Neves

Inês Franco Alexandre

João Duarte

Hugo Menino Aguiar

### 13. Habitação, Infra-Estruturas e Arquitectura:

António Velho da Palma

Charles Wanecq

Diana Noronha Feio

Hugo Santos Ferreira

João Marecos

Joana Duarte

Miguel Santo Amaro

Sara Oom Sousa

### 14. Comunicação:

Carolina Pereira

Daniela Matinho

João Marecos

Filipa Galvão

Francisco Baptista

Ricardo Esteves Ribeiro

Rui Maria Pêgo





OPORTUNIDADES

## **Contactos**

**Diogo Almeida Alves**

[diogo.almeida.alves@gmail.com](mailto:diogo.almeida.alves@gmail.com)

**João Marecos**

[joaoguedesmarecos@gmail.com](mailto:joaoguedesmarecos@gmail.com)